

**PESQUISA DE PREÇOS Nº 021/2023
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 069/2019 – PROJETO PELO DIREITO A VIDA III**

SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – MESA CIRÚRGICA – 02
(DUAS) UNIDADES**

MODALIDADE: PESQUISA DE PREÇOS

VALOR GLOBAL MÁXIMO TOTAL: R\$ 1.100.000,00 (Um milhão e cem reais)

TIPO DA PESQUISA DE PREÇOS: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

DOCUMENTOS QUE COMPÕE ESTA EDITAL

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS (Que serão solicitados posteriormente a empresa que lograr vencedora)

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE REGULARIDADE

ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO VI – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO IPI

ANEXO VII – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO ICMS DO HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE



**PESQUISA DE PREÇOS Nº 021/2023
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 069/2019 – PROJETO PELO DIREITO A VIDA III**

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. DO OBJETO

**ITEM I – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – MESA CIRÚRGICA – 02
(DUAS) UNIDADES**

DESCRIPTIVO TÉCNICO: características e especificações do equipamento ou produto

Mesa radiotransparente com movimentação elétrica para procedimentos cirúrgicos de alta complexidade, com as seguintes características técnicas mínimas: Deve permitir tipo de acionamento: elétrico ou eletro-hidráulico ao menos para os movimentos de elevação, trendelemburg, reverso do Trendelemburg (proclive), dorsal, longitudinal e lateralidade; Deverá possuir movimentos da mesa (elétricos); Altura ajustável de aproximadamente: 66cm a 100cm, no mínimo; Trendelemburg: - 25 graus, no mínimo; Reverso do Trendelemburg (proclive): de no mínimo 30 graus, no mínimo; Lateral esquerda e direita: 20 graus, no mínimo; Dorsal: + 75 graus e – 50 graus, no mínimo; Perneira: -90 graus, no mínimo; Deve possuir posição 0 para acionamento. Longitudinal: tampo deve se deslocar 31cm, no mínimo; Movimento de flexão/reflexão com ajuste de ± 20 graus; Movimentos da mesa (manuais ou elétricos): cabeceira de +/- 30 graus; Acionamento dos movimentos através de controle remoto e painel na coluna da mesa; Deve possuir bateria interna com duração mínima de 60 minutos; Deve suportar pacientes de até 400 kg com o tampo centralizado e 200 kg com o tampo em deslocamento longitudinal; Tampo da mesa deve ser modular, dividido em no mínimo 04 módulos; Montagem dos módulos do tampo da mesa sem a necessidade de ferramentas e com encaixe rápido; Dimensões de mesa: Comprimento (considerando a cabeceira): 200cm, no mínimo; Largura útil do tampo: 50cm, no mínimo; Mesa: radio transparente, permitindo utilização do intensificador de imagem; Coluna e base: devem ser constituídas de material resistente e protegido contra corrosão revestidas em aço inoxidável ou material plástico, polímero ou equivalente resistente a choque mecânico; Base: deve ser provida de sistema de movimentação através de rodízios de no mínimo 60mm e fixação através do controle ou pedal: Deve atender a norma NBR-IEC 60601-2 -46 - equipamento eletromédico; Deve possuir certificado de boas práticas de fabricação ou certificado similar internacional; Deve possuir grau de proteção IPX 4 (IEC 60601-1) Deve possibilitar no mínimo 95cm de área livre abaixo do tampo para utilização de arco em c em cirurgias vasculares e endovasculares para captação de imagens do paciente sem a necessidade de movimentação do arco em C; Deve ter botão de acionamento para nivelamento da mesa e travamento através de controle remoto com indicação visual do estado (travado ou livre); Colchão com no mínimo 80mm de espessura com sistema



PESQUISA DE PREÇOS Nº 021/2023
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 069/2019 – PROJETO PELO DIREITO A VIDA III

de fixação por contato, colchão em PUR ou em SFC, radiotransparente e com capacidade de prevenção de úlceras de pressão Viscoelástico; Alimentação elétrica: Bivolt automático ou 220V/ 60Hz;

ACESSÓRIO / COMPONENTES:

- 01 (um) par de porta coxas;
- 01 (um) par de suporte para os braços.
- 01 (um) kit de tração ortopédica com ajuste total e fino com carro de transporte.
- 01 (um) adaptador para suporte para acessório de crânio tipo Mainfield
- 01 (um) Kit de acessório de crânio.
- 01 (um) Ponte de Wilson.
- 01 (um) Controle remoto adicional

Obs: 1) Devem fazer parte do equipamento todos os acessórios que são indisponíveis para o funcionamento do equipamento conforme descrição e que não estão listados na descrição de acessórios.

2) O equipamento deve ser acompanhado pelos manuais de operação em língua portuguesa e serviço em língua inglesa.

3) O licitante deve fornecer treinamento adequado aos usuários, em ônus para a administração.



A proposta deverá estar acompanhada de catálogo demonstrativo do item.

QUANTIDADE: 02 (DUAS) UNIDADES

VALOR MÁXIMO UNITÁRIO PREVISTO: R\$ 550.000,00 (QUINHENTOS E CINQUENTA MIL REAIS).

VALOR TOTAL MÁXIMO PREVISTO: R\$ 1.100.000,00 (UM MILHÃO E CEM REAIS)



PESQUISA DE PREÇOS Nº 021/2023
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 069/2019 – PROJETO PELO DIREITO A VIDA III

COMPLEMENTAÇÃO DO DESCRITIVO TÉCNICO

GARANTIA: O fornecedor deverá oferecer no mínimo 01 (um) ano de garantia a partir da data instalação do equipamento.

REGISTRO ANVISA: O equipamento deve possuir registro atualizado na ANVISA e conformidade com normas de segurança.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA: O fornecedor deverá compor e apresentar assistência técnico na cidade de Curitiba ou região que contenha estoque mínimo de peças, para que assistência pós garantia custos elevados.

MANUAL DE SERVIÇO / OPERAÇÃO: O fornecedor deverá fornecer manual de operação em português, conforme registrado na ANVISA; também deve fornecer manual técnico contendo todas as senhas de acesso, procedimentos de manutenção e todo o sistema deve atender a estas especificações.

TREINAMENTO USUÁRIO: O fornecedor deverá realizar treinamento para o usuário de no mínimo 4 (quatro) horas, repetido em turnos e de acordo com a disponibilidade do setor.

Observação: Nos preços cotados, deverão estar **INCLUIDOS todos os insumos que o compõe, tais como as despesas com impostos, taxas, FRETE, seguros, e quais quer outros que incidam direta e indiretamente no fornecimento do objeto. NA PROPOSTA DEVE CONTER A DESCRIÇÃO TÃO SOMENTE DO VALOR UNITÁRIO E DO VALOR TOTAL DO ITEM.**

2. DA JUSTIFICATIVA DE PAGAMENTO

3.1. 1.1. Trata-se de aquisição de **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – MESA CIRÚRGICA – 02 (DUAS) UNIDADES**, cujo pagamento das despesas será realizado com recursos financeiros oriundos do TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 069/2019 – PROJETO PELO DIREITO A VIDA III, firmando entre a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE e a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF.

3. REQUISITOS LEGAIS E CONDIÇÕES

3.1. O fornecedor deverá atender a todos os requisitos e normas legais, seja em âmbito Federal, Estadual e/ou Municipal.

3.2. O pagamento do valor do objeto será efetuado em até 28 (vinte e oito) dias úteis, condicionado à apresentação e aprovação da respectiva fatura/Nota Fiscal, juntamente a Certidão Negativa dos Tributos Federais e da Dívida Ativa e Certificado de Regularização de Situação para com o FGTS (CRS) para a Contratante. **O pagamento será realizado diretamente ao fornecedor, que deverá informar na Nota Fiscal o banco, a agência, o número da conta corrente para crédito dos valores faturados, o**



**PESQUISA DE PREÇOS Nº 021/2023
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 069/2019 – PROJETO PELO DIREITO A VIDA III**

número do TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 069/2019 – PROJETO PELO DIREITO A VIDA III e o nº do presente processo de PESQUISA DE PREÇOS Nº 021/2023

3.2.1. Na nota fiscal de pagamento deverá constar o seguinte endereço: **Avenida Iguaçu, 1472 – Água Verde – CEP nº 80.040-031.**

3.3. O CNPJ/MF do FORNECEDOR constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMTO CONTRATUAL

4.1. Constituem motivos para extinção do contrato as hipóteses especificadas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;

4.2. Fica estabelecido o reconhecimento dos direitos da ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE em caso de extinção administrativa prevista no art.138 da Lei nº. 14.133/2021.

4.3. O licitante ou CONTRATADO será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021. Neste sentido, garantida a prévia defesa, a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE poderá aplicar à contratada as sanções previstas no art. 156, da Lei nº. 14.133/2021 e multa correspondente a 10 % (dez por cento) sobre o valor total contratado.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. A **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE** reserva-se no direito de revogar, anular ou transferir o presente processo de compra em caso de interesse público.

5.2. A empresa se responsabiliza por quaisquer ônus decorrentes de danos que vier a causar à **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE** e a terceiros, em decorrência da execução do objeto do presente processo.

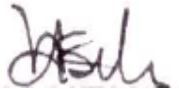


**PESQUISA DE PREÇOS Nº 021/2023
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 069/2019 – PROJETO PELO DIREITO A VIDA III**

5.3. A CONTRATADA obriga-se a demonstrar, a qualquer tempo, o cumprimento das Leis e Regulamentos específicos, aplicáveis à comercialização do objeto desta Pesquisa de Preços.

5.4. A CONTRATADA não poderá transferir os direitos e obrigações decorrentes deste processo de aquisição.

Curitiba, 3 de fevereiro de 2023



Nivia Nita

Coordenadora de Licitações



Aliandra T B Hermann

Analista de Licitações



PESQUISA DE PREÇOS Nº 021/2023
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 069/2019 – PROJETO PELO DIREITO A VIDA III

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

REF: PESQUISA DE PREÇOS Nº 021/2023

A empresa _____, CNPJ sob nº _____, com sede à rua _____, na cidade de _____, CEP nº _____, telefone de contato nº (00) _____, e-mail para contato _____, neste ato representada por seu _____, senhor _____, brasileiro, (estado civil), profissão, portador da cédula de identidade nº _____ e CPF nº _____, vem apresentar PROPOSTA para participação na PESQUISA DE PREÇOS Nº 021/2023, cujo objeto é a aquisição de insumos – reagentes, conforme especificações contidas no Anexo I.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

Razão Social:

CNPJ e Inscrição Estadual:

Representante e Cargo:

Carteira de Identidade e CPF:

Endereço e Telefone:

E-mail de Contato:

Conta Corrente nº _____ Agência nº _____ Banco _____

ITEM XX				
Qtde.	Unid	Especificação	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Total Máximo (R\$)
XX	XXX		R\$	R\$

Valor Total do Item: R\$ xxx () – soma de todos os itens.

PREÇO: (xxxxxx) - (Deverá ser cotado, preço unitário e total de cada item, de acordo com o ANEXO I. Não serão aceitas propostas comerciais cotadas em moeda estrangeira.)

1. O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os serviços de entrega, incidentes sobre o fornecimento, frete, instalação, benefícios e todos os custos, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.

2. Declaro, que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso nossa proposta não seja aceita pela Associação, seja qual for o motivo.

3. O prazo de validade desta proposta é de xxxx dias (não podendo ser inferior a 30).

4. Declaro ciência de que a contratação dar-se-á mediante a emissão de Ordem de Serviço.

5. Prazo de entrega: xxx (xxx) dias, após emissão da ordem de compra.

6. CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

Local, ___ de _____ de 2022.

Representante Legal (Carimbo da Empresa)



**PESQUISA DE PREÇOS Nº 021/2023
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 069/2019 – PROJETO PELO DIREITO A VIDA III**

**ANEXO III – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS (Que serão solicitados posteriormente a empresa que
lograr vencedora)**

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como suas alterações, devidamente registrado;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- c) Certidão Negativa de Débitos Federais e da Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- f) Certificado de Regularidade de Situação para com o FGTS;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei Federal nº 12.440/2011;
- h) Certidão Negativa de Falência e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, com data de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias;
- i) Declaração de Situação de Regularidade (conforme modelo anexo IV);
- j) Declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (quando aplicável) - (conforme modelo anexo V)
- k) Procuração (quando aplicável).



**PESQUISA DE PREÇOS Nº 021/2023
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 069/2019 – PROJETO PELO DIREITO A VIDA III**

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE REGULARIDADE

**NOME DA EMPRESA
PAPEL TIMBRADO**

À

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

REF: PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS Nº 021/2023

Declaro, para fins de participação no processo de PESQUISA DE PREÇOS Nº 021/2023:

1. **DECLARAR** a inexistência de fato impeditivo e que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Nos termos do artigo 70 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 comprometemo-nos, sob as penas da Lei, levar ao conhecimento da **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE**, qualquer fato superveniente que venha a impossibilitar a habilitação;

2. **ACEITAR EXPRESSAMENTE** todas as condições fixadas nos documentos, e, eventualmente, em seus Anexos e Suplementos, no que não conflitem com a legislação em vigor;

3. **SUBMETTER** a qualquer decisão que a **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE** venha a tomar na escolha da credenciada, obedecidos os critérios estabelecidos no edital, reconhecendo, ainda, que não teremos direito a nenhuma indenização em virtude de anulação ou cancelamento do presente Credenciamento.

4. **CUMPRIR** com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

5. **DECLARAR** a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE**, nos cargos de direção, gerência, chefia.

6. **DECLARAR**, sob as penas da Lei, notadamente o Decreto Estadual nº. 6.252, de 22 de março de 2006, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente

Local, ___ de _____ de 2023.

Representante Legal (Carimbo da Empresa)



**PESQUISA DE PREÇOS Nº 021/2023
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 069/2019 – PROJETO PELO DIREITO A VIDA III**

**ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

À
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO
REF: PESQUISA DE PREÇOS Nº 021/2023

EMPRESA _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que esta empresa na presente data, cumpre os requisitos legais para a qualificação como:

- () **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;
() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Declara ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123.

Local, __ de _____ de 2023.

Representante Legal
(Carimbo da Empresa)

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- 1) Estas declarações devem ser emitidas em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



PESQUISA DE PREÇOS Nº 021/2023
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 069/2019 – PROJETO PELO DIREITO A VIDA III

ANEXO VI – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO IPI

 **JUSTIÇA FEDERAL**
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

CERTIDÃO

A PRESENTE FOTOCÓPIA É REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FACE DO DOCUMENTO ACERCA DO NESTE CARTÓRIO, em 18/07/2001, 7.º TABELIÃO DE IPI FUNARREN SELD DE AUTENTICIDADE CURITIBA 27 AGO 2001

Edson Henrique Ribeiro
 Milda F. Rodrigues
 Roger Z. da Cruz
 Luis Valcir Bühren

LEONATO DE NOTAS Nº 03499

CERTIFICO, a requerimento da parte interessada, que nesta Secretaria da Sétima Vara Federal, Circunscrição Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Estado do Paraná, revendo os autos de **AÇÃO ORDINÁRIA nº 2001.70.00.009675-7**, autuados em 05.04.2001 em que figura como autor **Associação Hospitalar de Proteção a Infância Doutor Raul Carneiro — Hospital Pequeno Príncipe** e como ré a **União Federal** tendo por objeto o pedido de antecipação da tutela e posterior confirmação em sentença no sentido de que seja declarada a inexistência de relação jurídico-tributária que a obrigue ao pagamento do Imposto sobre Importação — II e Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, incidentes sobre as aquisições de bens por ela efetuadas no mercado interno ou externo, destinados à composição de seu ativo fixo ou imobilizado. Certifico, que foi proferida r. sentença julgando procedente o pedido, oportunidade em que a antecipação da tutela foi analisada e deferida. Inconformada, a União apelou sendo que a Segunda Turma do TRF da 4ª Região, por unanimidade, negou provimento à apelação e à remessa oficial. Certifico ainda que o v. acórdão transitou em julgado em 02.04.2002. Certifico, finalmente, que os autos encontram-se em Secretaria aguardando conclusão para despacho. **O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.** Dada e passada nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, ao terceiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dois. Eu,  Anderson Alves de Lana, Supervisor de Processamento, a digitei, e eu,  Leandro José da Silva, Diretor de Secretaria, a conferi e subscrevo." data-bbox="147 175 819 805"/>



**PESQUISA DE PREÇOS Nº 021/2023
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 069/2019 – PROJETO PELO DIREITO A VIDA III**

ANEXO VII – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO ICMS DO HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO
CENTRAL DE CURITIBA

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Padre Anchieta, 1287 - 2º andar - Champagnat - Curitiba/PR - CEP: 80.730-000 -
Fone: (41) 3561-7956

Processo: 0001215-47.2001.8.16.0004

Classe Processual: Execução Contra a Fazenda Pública

Assunto Principal: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

Valor da Causa: R\$5.000,00

Exequirente(s): ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

Executado(s): ESTADO DO PARANA

FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO EXPLICATIVA

CERTIFICO, para os devidos fins que tramitam nesta secretaria, no sistema de processo eletrônico (PROJUDI) o PROCEDIMENTO ORDINÁRIO com PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA (atualmente em fase de Execução contra a Fazenda) sob nº 0001215-47.2001.8.16.0004 (nº de distribuição 635 de 06/04/2001) e número físico antigo 308/2001, ajuizada por ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO em face de ESTADO DO PARANÁ, cujo valor dado à causa em petição inicial foi de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

CERTIFICO AINDA que:

I – Em sede de pedido constante da inicial (fls. 20 dos autos físicos – mov. 1.4 dos autos virtuais) buscou a parte autora com a presente medida a declaração judicial de inexistência de relação jurídico-tributária que respalde a cobrança de ICMS incidente nas aquisições de bens efetuadas pela Autora, seja no mercado interno ou externo, destinados a composição de seu ativo fixo (patrimônio).

II – Em sede de antecipação de tutela o pedido não foi deferido, no entanto foi proferida sentença de procedência, cuja a parte dispositiva segue transcrita (04/04/2002 fls. 166/171 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais):

“...Isto posto, julgo procedente o pedido, declarando a inexistência de relação jurídico-tributária que respalde a cobrança de ICMS incidente nas aquisições de bens efetuados pela autora, no mercado interno e externo, dedicados à composição de seu ativo fixo (patrimônio). Condene o Estado requerido ao pagamento de das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios os quais arbitro em R\$800,00...”

VI – Em sede de Apelação Cível e Reexame Necessário nº 0130324-6 (10/12/2002 fls. 358/367 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais), houve modificação parcial da sentença, apenas no tocante ao valor dos honorários advocatícios, conforme ementa a seguir:

“ICMS IMUNIDADE TRIBUTÁRIA ASSISTÊNCIA SOCIAL. ENTIDADE DE Na forma do art.

150, inc. VI, alínea c, da CF/88, está imune ao ICMS a entidade de assistência social. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONDENATÓRIA. SENTENÇA NÃO CONDENATÓRIA. Não se tratando de sentença condenatória, a fixação dos honorários advocatícios deve obedecer ao § 4º do art. 20 do PC. Neste caso, é imperioso seja observada a natureza da demanda, considerando-se sobretudo o aspecto e tratar-se de matéria complexa ou, de outro lado, de tema que tenha sido objeto de copioso volume e julgados, bem como o fato de a demanda não ter necessitado de produção de provas periciais ou da realização da audiência de instrução, o que determinará a fixação da verba advocatícia em patamar em excessivo, nem diminuto, muito menos aviltante. De conseguinte, é provido o apelo da Autora para o fim de ser estatuída na quantia de (fls. 367 dos autos físicos, R\$2.000,00 (dois mil reais) os honorários advocatícios.” mov. 1.7 dos autos virtuais.”

VII – Ao Recurso Extraordinário interposto pelo Estado do Paraná, foi negado seguimento 130.324-6/01 (1º/12/2003 fls. 404 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais). Contra esse decisão foi interposto Agravo de Instrumento ao Supremo Tribunal Federal (certidões de fls. 408/411 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais). Não consta dos autos virtuais a decisão do Agravo de Instrumento, no entanto em consulta ao site do STF identifiquei o recurso autuado sob o nº AI 504650, ao qual foi negado seguimento, cuja certidão transitou em julgado em 2004, conforme tela de consulta anexa;

VIII – O feito atualmente está em fase final de cumprimento de sentença (Execução contra a Fazenda Pública), tendo sido pagos os valores devidos pelo Estado do Paraná e inclusive levantados os valores pela parte exequente (mov. 1.92/1.93). Quanto aos valores devidos aos Procuradores do Estado do Paraná a título de honorários (decorrentes da sentença dos embargos à execução – mov. 1.24), estes também já foram levantados, conforme petição e documentos de mov. Seq. 31.

IX – Em complemento à certidão de mov. Seq. 37.1, informo que nesta data o ESTADO DO PARANÁ foi intimado para manifestar-se ante o cálculo de custas remanescentes.

ERA SOMENTE O QUE ME FOI PEDIDO PARA CERTIFICAR. DOU FÉ.

Curitiba, 27 de novembro de 2015.

Léa Cristina de Carvalho Sutil

Técnica Judiciária/INFORMAÇÃO: A presente certidão explicativa está assinada digitalmente. Para constar a chancela do Poder Judiciário nesta certidão, deve a parte interessada imprimí-la através dos seguintes passos: botão "navegar", opção "exportar processo", botão "desmarcar todos", selecionar o arquivo interessado e, por fim, clicar no botão "exportar". Para exportar o processo, deverá a parte interessada acessar o

